



H521

LIBERALIZAÇÃO, ESTABILIDADE E CRESCIMENTO: O ACOMPANHAMENTO DA ECONOMIA E DA POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL: FINANÇAS PÚBLICAS E REFORMAS ESTRUTURAIS.

Flávio Arantes dos Santos (Bolsista PIBIC/CNPq) e Prof. Dr. Geraldo Biasoto Júnior (Orientador), Instituto de Economia - IE, UNICAMP

A necessidade do controle dos Gastos Governamentais tem sido pauta freqüente na discussão conjuntural no âmbito das Finanças Públicas do país. O esforço na geração de superávit primário tem pressionado a Política Econômica a atuar na execução de cortes nas despesas do Orçamento Geral da União. Nele, as despesas estão classificadas em obrigatórias e discricionárias. As obrigatórias são aquelas despesas não-passíveis de alteração no exercício, que englobam os gastos com pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários e pagamento dos juros da dívida pública. Já as discricionárias são as despesas passíveis de alteração, as quais incluem os gastos com custeio e investimento. Sendo assim, cortes nas despesas governamentais, implementados como objetivo de política econômica, aplicam-se sobre esse último grupo.

O presente trabalho procura, numa análise do Orçamento Geral da União, mostrar o caráter da evolução dos gastos governamentais em anos recentes. Além disso, tenta identificar a pequena área de manobra que resta ao governo para dar continuidade na aplicação de uma política fiscal contracionista uma vez considerados os altos níveis das despesas financeiras frente às não financeiras e a essencialidade das áreas sobre as quais os cortes incidem.

Orçamento geral da União - Gastos governamentais - Política fiscal